(AVENÇADO)

ANO 40.º — Sábado, 10 de Maio de 1947 — N.º 1991

VISADO PELA CENSURA

O DEMOCRATA

Semanário Republicano de Aveiro

Redacção e Administração
Rua de Santa Joana, 35
Comp. e imp.—IMP. UNIVERSAL-AVEIRO
R. Combatentes da G. Guerra—Telef. 125

Director e Proprietário
Arnaldo Ribeiro

Editor e Administrador
Manuel Alves Ribeiro
Correspondência dirigida ao Director
Publicidade Lisboa e Pôrto Agência Havas

A baixa de preços

—o—

O sr. Ministro da Economia, acompanhado dos Sub-Secretários de Estado da sua pasta, visitou a semana passada, como devem ter lido, as principais cidades do Alentejo. Continuando uma política que desde a primeira hora se tornou francamente simpática ao país, sempre desejoso de que olhem a sério pelos seus interêsses, o sr. engenheiro Daniel Barbosa aproveitou o ensejo que se lhe oferecia para mais uma vez defenir os os seus pontos de vista e acentuar, sem sofismas, os seus propósitos de govêrno.

Podemos dividir as suas importantes declarações em duas partes distintas. A primeira refere-se à necessidade que todos temos de auxiliar as medidas que têm por fim combater a especulação e, por consequência, a alta de preços. O Ministério da Economia não favorecerá de qualquer forma o agravamento do custo da vida. Tendo verificado, em face de elementos irrecusáveis, que não há razões para novos aumentos nos preços dos diferentes bens de consumo, a sua acção continuará a exercer-se no sentido da baixa.

Sempre estivemos convencidos, ao lado de tantos que ocupam posições de grande relevo na vida portuguesa, que as principais dificuldades verificadas no abastecimento do país não resultaram, de facto, da falta de produtos. Mas essencialmente das manobras criminosas dos especuladores. A verdade é que as ambições ilimitadas da maior parte dos que trabalham na indústria, no comércio e na agricultura foram a grande origem dos tremendos embaraços que por vezes torturaram a população portuguesa. A guerra trouxe-nos muitos problemas. Sem dúvida. Mas os seus maiores inconvenientes consistiram, exactamente, nos abusos que à sua sombra se praticaram.

O sr. Ministro da Economia não o nega. E é por isso que está resolvido a combater com energia a acção dos que procuram enriquecer à custa da miséria alheia. O custo da vida continuará a baixar até atingir o nível que se considere rasoável. A lei da oferta e da procura e, portanto, a abundância de produtos não deixarão de intervir na evolução dos preços. Mas o certo é que o Govêrno tem já nas suas mãos, segundo disse o sr. engenheiro Daniel Barbosa, elementos que garantem eficazmente a sua política.

O povo português e, sobretudo, o homem que teve de fazer sacrifícios heroicos para suportar a especculação que se fez com o argumento da guerra vai ter, em breve, muito justamente, a compensação que merece. A baixa do custo da vida há-de proporcionar-lhe o desafogo a que tem pleno direito e o bem estar —a eficiência—que as condições modernas já não dispensam.

A segunda parte das declarações do sr. Ministro da Economia diz respeito ao desenvolvimento económico do pais. O sr. engenheiro Daniel Barbosa afirmou que as fontes da nossa riqueza vão ser consideravelmente ampliadas. O Govêrno procurará oferecer à Lavoura as facilidades e os meios de que necessita para desenvolver a produção e aumentar o capital português. A energia electrica permitirá colocar ao serviço da nossa economia elementos poderosos. Dentro de 5 a 6 anos já estará a funcionar um caminho de ferro electrico, de Setubal a Beja. O aproveitamento dos rios continuará em ordem crescente para se fazer face ao consumo e às necessidades da população portuguesa.

Isto quer dizer que prossegue sem descanso a política de engrandecimento nacional. As obras em curso são de tal ordem que ninguem pode prever, ao certo, o que seremos daqui a dez anos.

O Ministério da Economia está a realizar um trabalho, pois, verdadeiramente notável. Os portugueses de boa-vontade têm obrigação de lhe fazer justiça, procurando auxiliar e facilitar uma acção de que depende, em boa parte, o bem estar das gerações futuras e a grandeza de Portugal.

MANUEL ARAÚJO

IMPRENSA

Jornal de Santo Tirso

Tendo passado o seu aniversário, que consta de uma caminhada de 65 anos em prol do concelho, não podemos deixar de nos congratular com o facto, enviando cordeais felicitações aos continuadores de José Cardoso Santarém, falecido há três anos precisamente no dia de identica comemoração.

O que é o destino!

CONSELHO MUNICIPAL

Foi convocado para o dia 8 do corrente a fim de se pronunciar sôbre um empréstimo camarário de 920 contos, destinado à compra da Quinta das Agras onde deve ser construido o novo liceu.

Cantina Escolar

Para a que a Câmara se propõe construir junto à Escola da Vera Cruz, já foi adquirido o terreno anexo, devendo as obras serem iniciadas brevemente.

A posse do novo Governador Civil de Aveiro

Na sala das sessões da Câmara Municipal efectuou-se em 2 do corrente a posse do sr. dr. João Moreira, há pouco nomeado para chefiar o nosso distrito, tendo assistido os representantes de todos os municípios da circunscrição e os presidentes das comissões concelhias da U. N. assim como os sindicatos comos seus estandartes.

Presidiu ao acto o sr. Ministro do Interior, a quem uma companhia da G. N. R. e uma força de Infantaria 10, à entrada do edifício, fizeram a continência da ordenança, vendo-se também sentados a seu lado os srs. Sub-Secretário de Estado da Agricultura, dr. Albino dos Reis, coronel Diamantino do Amaral e drs. Alvaro Sampaio, Querubim Guimarães, António Cristo e Paulo Cancela. A teia literalmente repleta, vendo-se ainda em lugar de honra o sr. Arcebispo-Bispo da diocese com o seu secretário.

Após a leitura do auto usaram da palavra os srs. presidente da Câmara e vice-presidente da Comissão Distrital da União Nacional, que cumprimentaram o sr. dr. João Moreira, prometendo-lhe todo o apoio de que carecesse dos mesmos organismos, e o sr. eng. Cancela de Abreu, que, na sua qualidade de membro do Govêrno, expressou a sua inteira confiança no êxito da missão do novo chefe do distrito, dizendo-lhe:

— V. Ex.ª é um homem de honra e de demonstrada rijeza de carácter, primeira das qualidades para garantir a honestidade e a rectidão do seu govêrno em todos os pormenores e para conquistar ou manter a consideração e o respeito dos seus governados.

Depois recordou, através de citações dos discursos da sua posse das funções de ministro do Interior e nas cerimónias da posse de vários chefes do distrito, e orientação política definida pelo Govêrno: defesa e expansão dos princípios renovadores impostos à governação pública no 28 de Maio de 1926, política de captação contrária a grupos ou a facções (sem que deixe de apreciar a inquieta insatisfação dos espiritos mais vivos e de isenta formação nacionalista) união de todos em viver a mesma causa patriótica.

E acrescentou:

—Suponho ficar dito o que se me impunha dizer, neste acto de posse. Incluo, apenas, estas palavras finais, as que são devidas a tantas pessoas que vieram valorizá-lo e a todos os que, embora ausentes, são também elementos construtivos da política do distrito, parcela, portanto, da política nacional, que o Governo se empenha em prosseguir. São palavras de saudação oficial que, proferidas por um ministro vosso conterrâneo, se tornam especialmente afectuosas e sentidas. E são palavras de incitamento à coesão política do distrito, à volta do novo governador civil que aqui vai ficar como meu delegado, para orientar a sua administração e zelar pelos interesses morais ou económicos; para acarinhar as suas iniciativas de sentido social e proteger os seus trabalhadores; para estimular os seus melhoramentos e ajudar a vencer as suas dificuldades; em suma:—para desdobrar a acção central do Governo e levar até este o conhecimento exacto das necessidades ou aspirações do distrito, dos seus pesares ou das suas alegrias. Facilitem e auxiliem V. Ex.as esta tarefa, que ao vosso benefício é dedicada. E que a vida política do distrito se desenvolva em ambiente de animosa e construtiva solidariedade.

O sr. Ministro do Interior termina assim:

—O Governo de Salazar continua a ter muito que fazer ao serviço da Nação. Precisa ainda de completar, desenvolver e consolidar a extraordinária obra já realizada nestes vinte anos de trabalho exaustivo, vinte anos de reconstrução e progresso, vinte anos de dificuldades vencidas pela perseverança, vinte anos de paz que foram a excepção do Mundo. O Governo de Salazar tem, portanto, de assegurar a ordem e a tranquilidade para prosseguir nessa tarefa, pois a Nação, erguida da lama há vinte anos, há-de continuar a ascenção em que caminha. O Governo de Salazar, senhor das suas responsabilidades na garantia da continuidade histórica que lhe está confiada, não descansa nem se cansará. Serenamente, mas com firmeza, não deixará que a ordem se subverta, que as influências exóticas perturbem a vida nacional, que a tranquilidade portuguesa e o sucesso da sua política deixem de ser a inveja ou o sonho dos que, lá por fora, sofrem as consequências da desorientação ou da indisciplina. Mas para tanto, para tal luta e para tal êxito, é precisa a nossa unidade, a nossa coesão nacionalista. A crise não terminou. A ameaça existe ainda. Hoje, como naquele dia em que Salazar o proclamou, *todos não somos de mais para continuar Portugal*.

Vibrantes aplausos, após os quais o sr. dr. João Moreira mostra o seu reconhecimento pela maneira como fôra recebido, prometendo continuar a servir a Revolução Nacional dedicadamente. ao lado de todos os homens de boa vontade.

Na casa do Parque foi, por fim, oferecido ao sr. Ministro e outras entidades um *copo de água*, sendo-lhe entregue por um grupo de senhoras uma miniatura do barco *moliceiro*, muito usado na nossa região, e algumas peças de faianças artísticas.

A tomada de Lisboa

—o—

As festas comemorativas iniciam-se na capital no dia 14 do corrente mês, sendo anunciadas pelo toque dos sinos de tôdas as igrejas e por várias bandas de música e filarmónicas. No dia 15 o chefe do Estado assiste ao hasteamento das bandeiras da Fundação e Nacional no Castelo de S. Jorge. Neste mesmo dia realiza-se na Câmara Municipal uma sessão solene.

Desde os dias 16 a 31 de Maio, realizam-se várias inaugurações de exposições, Semana da Flor, concertos sinfónicos, récita de gala em S. Carlos, etc., etc.

No dia 2 de Junho é o desfile de todos os municípios portugueses. A 8 há tourada de gala e a 18 uma à antiga portuguesa, e no dia 12 o desfile das marchas populares de Lisboa, número que está despertando grande interesse. De 13 a 29 do mesmo mês, realizam-se conferências, haverá festa em honra do Corpo Diplomático, desfile luminoso dos Sapadores Bombeiros, etc. Nas noites de 23 e 24 haverá exibições das marchas populares.

A 30 de Junho, exibição dos Ranchos Piscatórios e a 6 de Julho grande festival histórico.

A 16 dêste mês inicia-se o segundo período das festas que vai até ao dia 26 de Setembro.

O 3.º e último começa a 1 de Outubro e as festas terminam a 26 com um Te-Deum na Sé de Lisboa.

Dr. Alberto Souto

Ausente da cidade, por ter ido a Setubal tomar parte num importante julgamento crime, o nosso apreciado colaborador e talentoso advogado, dr. Alberto Souto não poude escrever esta semana o seu artigo sôbre *Coisas dos jornais e coisas locais* e problemas da urbanização de Aveiro.

FÁTIMA

Realizou-se no domingo uma peregrinação internacional à Cova da Iria em que tomou parte a juventude feminina de mais de 20 nacionalidades estrangeiras.

Está claro que, de premeio, também apareceram algumas jóvens... de cabelos brancos.

As bananas

Tem-se estado aí a vender a 15$00 a duzia! Haverá direito? Aonde está a fiscalização que não vê isto? Que não se interessa pelo que nos impingem por altos preços, sem tabelas, a coberto das sanções impostas aos que exorbitam, levando-nos o que não devem, o que não é justo?

Aqui fica o nosso reparo.

Em nome dos explorados.

Visitantes

Vindos de Coimbra estiveram domingo nesta cidade, tendo-nos dado o prazer da sua visita, os srs. tenentes-coroneis Manuel Martins dos Reis, 2.º comandante de Infantaria 10 e nosso prezado amigo, José Alfredo do Amaral Esteves Pereira e José da Silva Cravo, que no Instituto de Altos Estudos Militares de Caxias acabam de concluir o curso para o posto imediato.

Este último oficial não é desconhecido em Aveiro pois foi um dos primeiros governadores civis da actual Situação, tendo exercido essas funções durante alguns meses, apenas, mas com o aprumo próprio do seu carácter íntegro, como tem dado exuberantes provas em tôda a sua carreira militar.

Retiraram ao fim da tarde para aquela cidade, aborrecidos com o tempo chuvoso que não permitiu que admirassem as belezas da nossa terra e dos seus arredores.

Paciência.

O PLANO URBANÍSTICO DE AVEIRO

não deve ser executado ao sabor dos caprichos de ninguém

Haja ponderação!

Começamos hoje como acabámos no número anterior:

Urbanizar não é destruir. E', pelo contrário, ensinar a construir. No dia em que os urbanistas se compenetrarem disso, a sua missão, cumprindo-se em termos muito mais humanos, alcançará um prestígio que presentemente ainda não tem.

Nunca estas palavras vieram tão a propósito e surgiram com tanta oportunidade.

Aveiro alarmou-se, perante o que aí andava a dizer-se que se ia fazer, mas parece-nos que diante dos argumentos já apresentados em oposição ao corte do bloco de casas para alargamento da antiga Costeira (hoje Rua Coimbra) aprovado pela Câmara, há-de prevalecer o bom senso e ser colocado acima de tudo o que estiver mais de harmonia com a opinião dos estudiosos que aos interesses desta terra se dedicam e por ela se batem.

Disse na Câmara o sr. coronel Gaspar Ferreira, que é uma inteligência, sem favor, e ocupa hoje um cargo de responsabilidade, como é o de presidente da Junta Autónoma da Barra e Ria de Aveiro, isto, a que se tem de atender, sob pena de sair asneira, mas asneira de alto calibre —asneira grossa:

—Eu não concordo com aquilo que se projecta fazer. E' preciso que se saiba que o plano de urbanização de Aveiro não pode, por princípio algum, ser dissociado do problema portuário. E, em verdade, ainda nem sequer foram fixados locais onde deverão ficar os futuros portos interiores de comércio e de pesca com as suas inerentes vias de acesso, como sejam linhas férreas e largas estradas para trânsito de mercadorias.

E a opinião do dr. Alberto Souto, outro valor, um dos mais eruditos arqueólogos do país, que tanto se tem evidenciado pelo seu talento, pela sua cultura e pelo seu amor à terra onde nascera?

E a do sr. dr. António Cristo, um novo que a este caso tem dedicado, igualmente, a sua inteligência a favor da conservação do que está, porque é bom, é sólido e faz falta no local onde há tanto existe a concorrer para o movimento da nossa vida citadina?

Não! Deixemo-nos de fantasias e ponderemos as coisas como deve ser, sem precipitações, sem agravos, sem caprichos, sem teimosias.

O articulista do *Século*, certamente conhecedor do que se passa na província sobre urbanização, apela para o senso comum e, acima de tudo, para a conciliação amável e generosa, que evite todas as irritações e conduza àquele ponto morto onde todos os interesses se encontrem, **não para se revelarem intransigentes, mas para se fundirem em holocausto ao interesse comum.**

Aí! Aí! Haja quem ilumine o espírito e a razão daqueles que a nada atendem contrário às suas ideias—quantas vezes?—até maldosas!

Não é o caso de Aveiro. Longe de nós tal pensamento. Mas, exactamente por isso é que todos os esclarecimentos são necessários e devidos e o debate se impõe, mesmo como medida de precaução numa obra de tanta monta, de tanta responsabilidade.

O Democrata ficará atento, confiando no são critério, na prudência de quantos terão de ser chamados para resolver um assunto de tanta magnitude como aquele que se nos apresenta e à volta do qual a cidade se mostra interessada ao máximo.

* * *

A última representação que à Câmara Municipal foi presente e de cuja leitura se encarregou o ilustre

AOS NOSSOS ASSINANTES

Em conformidade com o apêlo que lhes dirigimos em Março, tendente a evitar a subida do preço da assinatura, mandámos agora à cobrança os recibos de Abril e Maio, de modo a estabelecer o equilíbrio na administração do jornal.

Agradecemos o bom acolhimento.

Sanguessugas

—o—

Continuam a ser exportados para as Américas, aos milhares, estes vertebrados.

Que, para chegarem mais frescos, seguem pelo ar em vez de irem pelo mar...

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Acaba de ser aprovado superiormente o respectivo regulamento sôbre o novo serviço municipal.

O DEMOCRATA vende-se no Quiosque da Praça Marquês de Pombal—Aveiro.

advogado, sr. dr. António Cristo, é do teor seguinte:

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro:

Quando se tornou conhecida a notícia de que se projectava expropriar as casas situadas na Rua de Coimbra, Largo Luís Cipriano e Rua do Batalhão de Caçadores 10 para, no terreno ou em parte do terreno que ocupam, se edificar a filial de Aveiro da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, os proprietários e inquilinos dos prédios ameaçados representaram no sentido de se evitar a anunciada expropriação.

Invocavam razões muito sérias, que bem mereciam ser ponderadas, para elas chamando a esclarecida atenção de quem de direito.

Dispensamo-nos de reproduzi-las, juntando uma cópia da exposição que por intermédio do Ex.mo Governador Civil de Aveiro e com o seu melhor aplauso, foi apresentada ao Govêrno.

A Câmara Municipal, chamada a pronunciar-se sôbre o assunto, confirmou serem verdadeiras as sérias razões invocadas naquela exposição.

A Imprensa ocupou-se repetidas vezes da questão; e reconhecendo a justiça que assistia aos interessados e ponderando os interesses da cidade, colocou-se abertamente ao lado daqueles por tal modo e simultâneamente defendendo estes.

Não obstante, volta a afirmar-se insistentemente que os prédios serão expropriados e demolidos para, em seu lugar e com outro alinhamento, se construir o edifício da filial de Aveiro da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência.

E acrescenta-se que, deste modo, se resolverá vantajosamente para o município e para Aveiro um importante problema de urbanização, obtendo-se sem dispêndios o alargamento da Rua de Coimbra e facilitando-se o arranjo do centro da cidade, por forma a satisfazerem-se as necessidades, sempre crescentes, da viação e do trânsito.

O problema não interessa já sòmente aos proprietários, inquilinos ou arrendatários comerciais e industriais dos prédios ameaçados de expropriação. Interessa a tôda a cidade, que não se furta ao dever de colaborar com a Câmara Municipal para encontrar-lhe a melhor solução. O problema suscitado desdobra-se em dois, perante os quais os munícipes signatários se permitem manifestar à Câmara Municipal de Aveiro a sua clara opinião. O primeiro é o da construção na Rua de Coimbra do novo edifício para a filial de Aveiro da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência. Quanto a êste, ocioso seria afirmar que, longe de contrariar-se o legítimo desejo da Ex.ma Administração Geral, antes se ambiciona que construa para a sua filial de Aveiro, o mais ràpidamente possível, um prédio que a dignifique e que honre a cidade.

O que se pretende é que o faça sem prejuízo ou desgosto de ninguém, sem desprezar tradições respeitáveis, sem arrazar oito prédios de boa construção e absolutamente necessários, sem desabrigar muitas famílias e suscitar um grave problema social, sem ferir interesses legítimos, sem empurrar para a miséria inúmeros comerciantes e industriais.

E tudo pode conciliar-se, sem prejuízo para ninguém e com vantagem para todos.

Há em Aveiro, nos pontos mais centrais e nos mais aprazíveis da cidade, muitos terrenos desocupados, mais do que suficientemente amplos e com optima situação, onde pode, sem agravos, construir-se um edifício, tão grande quanto se deseje, para a filial de Aveiro da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência.

Determinadamente se poderia construir na Praça do Marquês de Pombal, em grande parte ladeada de quintais, dando-lhe harmonia e imponência pela integração no conjunto dos edifícios do Govêrno Civil, da Igreja das Carmelitas, dos Correios, Telegrafos e Telefones e de duas casas particulares muito aceitaveis. E melhor talvez ainda no local onde presentemente se encontra instalada a filial de Aveiro da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, à custa do prédio que ocupa e dos contíguos, sem causar aos seus proprietários qualquer prejuízo e com a enorme vantagem de dar ao sítio, junto do canal central da Ria, uma desejável imponência.

Qualquer destas soluções seria, indiscutivelmente, do maior interesse para a cidade.

Mas a própria Administração Geral da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência teria vantagem em adoptar uma delas, já que o justo preço dos prédios, cuja expropriação se pretende, daria o suficiente para a construção, num daqueles locais, de um verdadeiro palácio. E sendo êste o interesse da cidade e de todos, de modo algum se justifica que continue a pretender-se construir a filial de Aveiro da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência onde a todos tão grave prejuízo causaria.

O segundo problema é o de saber se, na realidade, se torna ou não necessário o alargamento da Rua de Coimbra e, em caso afirmativo, se êste haveria ou não de fazer-se à custa de todos ou de alguns dos prédios que se pretende expropriar.

Este problema é, sem dúvida, tão delicado e tão grave que não poderá resolver-se precipitadamente, de ânimo leve, ao sabor de gostos ou preferências, nem mesmo exclusivamente pelos técnicos ou com simples predomínio da melhor técnica sôbre as características peculiares da região e as verdadeiras conveniências locais.

O problema da urbanização da cidade e, concretamente, o do local, tem de ser inteligentemente ponderado e largamente debatido não podendo, para a sua melhor solução, desprezar-se a opinião dos técnicos, a dos estudiosos das questões locais e a dos munícipes sensatos.

Proceder diferentemente, seria assumir uma responsabilidade gravíssima, adoptando-se porventura uma solução inconveniente, com sérios prejuízos para os directamente interessados e dano irreparável para a cidade.

Os munícipes que esta exposição subscrevem pedem licença para submeter as suas breves considerações à ponderação da Câmara Municipal de Aveiro e asseguram-lhe o seu firme propósito de com ela colaborar legalmente na defesa dos verdadeiros interesses da cidade.

Aproveitando o ensejo para apresentar a V. Ex.a os protestos da sua mais elevada consideração e respeitosa estima.

Aveiro, 28 de Abril de 1947.

A BEM DA NAÇÃO

(Seguem as assinaturas em número elevado)

Concerto

Efectuou-se o 4.º da presente temporada promovido pela delegação em Aveiro do Circulo de Cultura Musical, tendo preenchido os números do programa o grupo coral *Polyphonia*, que de Lisboa se deslocou a esta cidade.

O Teatro quási se encheu de associados, os aplausos foram quentes e entusiásticos pelo que o exito não podia ser mais completo.

Dirigia o conjunto o distinto músicologo, sr. Mário Sampaio Ribeiro, que no salão de festas das Fábricas Aleluia também deu, no domingo de tarde, uma audição de música portuguesa em honra do orfeon daquele importante estabelecimento industrial e do seu director, com geral agrado da numerosa assistência.

Oxalá êste acontecimento artístico se repita na nossa terra, como merece.

Frota bacalhoeira

Já deixaram as águas límpidas e cristalinas da nossa ria quási todos os barcos que se empregam na pesca do bacalhau e que este ano são em número de 15, a saber: *Santa Mafalda, Inácio Cunha, Novos Mares, Cruz de Malta, Milena, Brites, Senhora da Saude, Ilhavense, Maria Frederico, Neptuno, Oliveirense, D. Diniz, Navegante II, Lutador* e *António Ribau*. Vão todos com escala por Lisboa, tendo sido os primeiros a chegar aos bancos os arrastões *Santa Joana* e *Santa Princesa*, que, como se sabe, fazem duas campanhas anuais.

Que a felicidade acompanhe os intrépidos pescadores.

Contra os planos...

Afinal não é só em Aveiro que a urbanização da cidade é discutida, porque em Coimbra, Barcelos, Guimarães e ainda noutras partes sucede o mesmo, dado o que se pretende fazer em benefício da Caixa Geral de Depósitos.

Os vimarenses também elaboraram uma exposição, que a Câmara tomou na devida consideração, aguardando que a justiça não seja uma palavra vã.

O nosso colega *Notícias de Guimarães* tem éste periodo na local em que se refere ao assunto:

Chega a ser monstruoso pretender-se demolir dezenas de prédios, deixando sem abrigo os seus moradores e na miséria aqueles que vivem do comércio.

Ainda se não houvesse terrenos disponiveis e centrais como a Caixa deseja...

Mas cá existem e de primeirissima ordem.

Pelo Teatro

Realizaram-se os anunciados espectáculos com as revistas *Sempre em Pé* e *Tiro-Liro*, em que se destacou Domingos Marques, como cantor, e Luizita e Esparza nos seus bailados. O resto, já visto e revisto, não revelou novidade.

Casas cheias.

* * *

Na noite de 23 deve representar-se a peça de grande espectáculo *O Amor de Perdição* por uma companhia dramática de que fazem parte Aura Abranches, Cremilde de Oliveira, Emília de Oliveira e outros elementos de valor.

Infeliz ideia

—o—

Não achámos próprio da terra nem do edifício dos Paços do Concelho que no dia da posse do sr. Governador Civil fôssem colocados os toscos caixotes com bambus que estiveram a ornamentar a fachada da Feira de Março e que nenhum cabimento tivera no local onde agora os vimos.

A casa da Câmara assim como está é que se impõe e não com canas da India a tapar-lhe a perspectiva.

Francamente: são gostos pouco recomendaveis.

Benemerência

—o—

Para os pobres protegidos pelo *Democrata* recebemos esta semana, 20$00 do sr. Luís Pinho Bernardo, há pouco chegado de Africa, e 10$00 do sr. Emílio da Paula, em sufrágio da alma de seu pai.

Os nossos agradecimentos.

Pupilos do Exército

Passando no dia 25 do corrente o 36.º aniversário do Instituto dos Pupilos do Exército, a sua Direcção comunicou que no dia 8 de Junho terá lugar o tradicional almoço de confraternização, extensivo, este ano, aos actuais alunos, que deverão inscrever-se na séde, R. da Misericórdia, 20-3.º Esq.-Lisboa, até o dia 1 do referido mez.

O TEMPO

A patifa da Primavera ou anda a mangar connosco ou está feita com o *mercado negro* para este nos *esmifrar* o último centavo.

E ainda são capazes de a considerar como o mez das rosas, fazer-lhe versos e entoarem-lhe hinos.

Pela parte que nos diz respeito já não vamos no bote.

Por o mal que nos está causando.

Atenção para a 4.ª página

Notas Mundanas

Aniversários

Fez ontem anos a menina Ana Vitória Amador, filha do sr. Amadeu Amador, da importante firma Testa & Amadores; hoje, fazem, a interessante Marília Morais, filha do comerciante sr. Alvaro Morais, e o estudante Guilherme Augusto Taveira, filho do sr. José Martins Taveira; no dia 12, a sr.ª D. Maria da Glória Pinto, esposa do sr. Alberto Vaz Pinto, 1.º sargento de Cavalaria 5; em 13, a sr.ª D. Augusta de Morais Sarmento Q. Domingues, esposa do sr. capitão Arnaldo Quina Domingues, e o sr. Inocêncio Soares, funcionário da Caixa Geral de Depósitos, e em 16, a sr.ª D. Lucília Pinto de Sousa, esposa do sr. Manuel da Cruz e Sousa, empregado no Banco Regional, e o menino Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, filho do sr. Luís Manuel Rodrigues, residente na capital.

Partidas e Chegadas

Após nova temporada passada na Beira (Africa Oriental) chegou no Quanza, acompanhado de sua esposa e filhos, o nosso amigo e estimado conterrâneo Silvio de Sousa Moreira, que vem de magnífico aspecto e a quem já tivemos o prazer de abraçar.

—Da mesma cidade também chegou para se retemperar do clima africano, também com a esposa e filha, outro aveirense, o sr. Luís de Pinho Bernardo, que há nove anos se ausentara.

Apresentamos-lhe, igualmente, cumprimentos de boas-vindas.

—Veio cá passar alguns dias de licença o sr. tenente Barata de Lima, comandante da Secção da Guarda Fiscal da Nazaré.

Consilio et prudentia

—o—

Anda-se por aí, agora, discutindo o possível corte de certos prédios da Rua Coimbra.

Espalhou-se que a opinião pública se encontra em sobressalto, e, no que me toca, por equívoco se escreveu neste mui lido semanário que, falando na Câmara Municipal, também *combati o projectado plano de urbanização, por ir de encontro ao interesse geral dos aveirenses.*

Não me considero na obrigação de haver concebido seguro juizo sobre esse complexo problema.

Foi, por isso mesmo, um pouco diferente e de menor arrojo a minha atitude.

O facto, visto que ocorreu publicamente, não carece de comprovação.

Numa cousa, porém, assentaremos: não veria com indiferença *prejuízos alheios irreparáveis,* que para mim não desejo. Quem quererá que lhe caia o raio em casa?

E' que nos prédios ameaçados de expropriação, a-fim-de se construir nesta cidade o edifício da filial da Caixa Geral de Depósitos, encontram-se *vários estabelecimentos comerciais que não sei para onde possam deslocar-se sem grave ruína,* não coberta, creio eu, pela indemnização que se conceda, por mais generosa que se antolhe.

Na parte respeitante à habitação parece-me que o mal teria fácil remédio, desde que a indemnização fosse justa, ou *decente,* se esta palavra *é,* porventura, mais expressiva.

Em Aveiro ainda há muita largueza para novas construções. O que sobreleva é que são de grande evidência os importantes interesses e sérios riscos das pessoas que nos prédios de que se trata têm os seus negócios.

Não ousei definir, nem neste momento o faço, qual seja o «interesse geral dos aveirenses». Simplesmente pergunto se esse interesse exigirá, na actual conjuntura, a «degolação dos inocentes da Rua Coimbra».

Em lugar de desviarmos dos seus termos essenciais a questão, tentemos, antes, atacá-la de frente.

Seja a necessária correlação entre o plano portuário e o plano geral urbanístico, a que se referiu o sr. coronel Gaspar Ferreira, seja o esquêma sugerido pelo nosso ilustre conterrâneo sr. dr. Alberto Souto, ou sejam mil outros possíveis e embaraçosos aspectos do prbolema.

Se a Caixa Geral de Depósitos está na disposição de construir aqui, sem demoras, um edifício próprio para a sua filial, certamente não aguardará que se esgote a argumentação sobre um vasto assunto e que se ultime, definitivamente, o plano geral de urbanização.

Por mais voltas que sejam dadas à cidade, parece-me que o edifício dos Paços do Concelho, o largo fronteiro, em que se encontra a estátua de José Estêvão, e a Igreja da Misericórdia, ao lado, hão-de continuar a constituir um centro principal de interesse.

Também suponho que o canal central não irá ser deslocado, ao menos na porção mais próxima do aludido centro de interesse.

Previu-se o alargamento das pontes que existem sobre aquele canal, em frente ao Hotel Arcada, e *delineou-se um melhor e mais agradável conjunto, em harmonia com o dito centro de interesse.*

A Câmara Municipal está, presentemente, na convicção de que o projectado corte de alguns dos prédios da R. Coimbra é inevitável, mesmo que se admita que um dia venha também a ser cortado o Hotel Arcada, que no plano de alargamento figura como ponto de referência mas não como determinante.

Isto nos foi dito, segundo compreendi.

Será bem ou mal fundamentada a convicção da Ex.^ma^ Câmara?

Entendo que o problema se encontra circunscrito e que nesses termos pode e deve ser tratado, se se pretende uma discussão proveitosa.

Li há poucos dias que, no século passado, grassando intensamente uma epidemia de *cólera,* que causou milhares de vítimas, alguns eruditos, em lugar de tomarem a peito o combate àquela calamidade, se entretiveram em polémica linguística sobre a natureza e origem do termo.

Seria o vocábulo do sexo masculino, ou feminino?

Se a Câmara não fôr convencida de que não deve efectuar-se o corte de casas na R. Coimbra, poder-se-á esperar que tome qualquer atitude no sentido de demover a Caixa Geral de Depósitos de assumir esta os encargos da prevista expropriação?

O Hotel Arcada não parecerá uma cortina ao fundo da Avenida Dr. Lourenço Peixinho? Não teríamos muitos de nós o desejo de que aquele estorvo pudesse sumir-se dali para fóra? Mas quando e como? Está firme... e ampliado!

Lamento que o Banco de Portugal visse construir a sua Agência afogada entre outros prédios. Vamos ter *uma fachada,* quando poderíamos ambicionar um edifício desafrontado, em lugar mais próprio, a que aquela Agência imprimisse relêvo.

Se o Hotel Arcada fôsse pago como o Banco de Portugal pagou—faça-se-lhe justiça—, o sr. Aristides Tavares Ferreira não havia de ficar com razões de queixa. Era só questão de se lhe conceder tempo para adeantar nova construção. Não perderia, e Aveiro lucrava.

A Câmara aveirense não dispõe de recursos para larguezas. O Hotel Arcada aí está e estará, por muitos anos e bons!

Quanto custaria, ou quanto custará, a expropriação das casas da R. Coimbra?

De factos ocorridos há-de tirar-se lição para o que pode repetir-se.

Dito isto, cumpre-me não passar adeante sem que manifeste ao Sr. Tavares Ferreira tôda a minha estima e muito apreço.

Empregando e arriscando aqui avultados capitais, dotou a cidade com um melhoramento absolutamente indispensável, não lhe faltando dores de cabeça e aborrecimentos, por motivo do encargo que tomou à sua conta.

As minhas palavras não hão-de envolver qualquer crítica à sua actuação, mas sim louvores a uma preciosa iniciativa.

Com a referência ao Hotel Arcada pretendi apenas dar o exemplo de *uma dificuldade que se criou,* por não se ter atalhado na devida altura.

Do interesse d'Aveiro é que não se adie nem prolongue o atento estudo do caso da R. Coimbra, para não se perder a oportunidade relativa aos encargos da expropriação, se tiver que efectuar-se o corte.

A Câmara formou o seu juizo. Mas será êle inatacável e definitivo?

Não parecerá mal reflectir mais uma vez, reconsiderar, se forem apresentadas, concretamente, razões atendíveis,—o que não equivale, de modo algum, a fazer grande ruído em torno de quem tenha que resolver.

E que só depois se resolva, efectivamente. *Consilio et prudentia.* Isto *é: com circunspecção e prudência.*

Se, entretanto, se concluir que o corte é uma medida fatalmente necessária,—não haverá solução conciliatória?

Tenta-la-imos.

Os munícipes atingidos pela expropriação que façam bem as suas contas.

Convir-lhes-ia ficar no alinhamento a que a Caixa Geral de Depósitos se sujeitará, reconstruindo êles segundo determinado plano e mantendo ali os seus estabelecimentos?

Em tal hipótese aceitariam uma reduzida indemnização, dentro das limitadas possibilidades da Câmara?

Não se diga que a Câmara não admitiria tal alternativa porque sendo a Caixa Geral de Depósitos a expropriante se alcança *um melhoramento* sem qualquer dispêndio para aquela.

Poderíamos conseguir *dois melhoramentos: a)* o corte na R. Coimbra, mantendo-se nessa artéria a vida que lhe dão vários estabelecimentos comerciais, ao contrário do que há-de suceder com os portões e gradeamentos dum prédio severo e não iluminado; *b)* a construção em outro local, ainda melhor para êle, dum edifício como deve ser o da Caixa.

Se o encargo não se tornasse pesado para a Câmara, seria aceitável um acôrdo?

À Caixa não faltam sítios melhores. Como não faltavam para o Banco de Portugal!

Bom edifício, seguramente—bom em qualquer das nossas melhores cidades—aquele que se destina ao novo cinema. Imaginemos, porém, êsse prédio encravado entre outros, à semelhança da construção para o Banco de Portugal. Seria lastimável.

Quanto a isto, por aqui me quedo, mas para terminar contarei que há 58 anos se discutiu para que lado deveria ficar voltada a estátua de José Estêvão. Para a Costeira ou para os Paços do Concelho?

Ouviu-se o autor, Simões de Almeida, que disse, além do mais, que as estátuas ficam, em geral no sentido do maior comprimento das praças.

Mas, objectava-se: quem estiver na Praça da Fruta (Largo Luís Cipriano), ponto de grande concorrência, e quem subir a Costeira (R. Coimbra) vê a estátua de costas.

«Há um meio fácil (replicou o artista) de remediar êsse inconveniente. A Comissão que mande fazer quatro estátuas. Que as coloque na Praça Municipal com as costas umas para as outras e todo o mundo as ficará vendo de frente!»

Desta vez o caso é mais difícil, pois não sei como contentar a todos... Devem ser cortadas as casas, ou não?

JAIME DE MELO FREITAS

Horário da carreira de passageiros entre Luso e Costa-Nova

CONCESSIONÁRIO: — **Emprêsa de Transportes Mecânicos Luso-Buçaco, L.da**

	(a)		(b)	
	Cheg.	Part.	Cheg.	Part.
Luso (L.º do Casino)	—	9,00	—	9,00
Mealhada	9,15	9,30	9,15	9,30
Curia	9,45	9,45	9,45	9,45
Anadia	9,57	10,00	9,57	10,00
Malaposta	10,03	10,03	10,03	10,03
Sangalhos	10,14	10,14	10,14	10,14
Oliv.ª do Bairro	10,21	10,24	10,21	10,30
Oiã	10,37	10,39	10,43	10,44
Aveiro	11,15	11,45	11,20	11,55
Costa Nova (Praça Pública)	12,15	—	12,25	—

	(a)		(b)	
	Cheg.	Part.	Cheg.	Part.
Costa Nova P. Pública)	—	13,15	—	14,45
Aveiro	13,45	15,45	15,15	15,45
Oiã	16,21	16,21	16,21	16,21
Oliv.ª do Bairro	16,34	16,35	16,34	16,35
Sangalhos	16,42	16,42	16,42	16,42
Malaposta	16,53	16,53	16,53	16,53
Anadia	16,56	17,00	16,56	17,00
Curia	17,12	17,12	17,12	17,12
Mealhada	17,27	17,40	17,27	17,40
Luso (L.º do Casino)	17,55	—	17,55	—

Não se efectuam viagens aos domingos, dia de Natal, Ano Novo e 3.ª feira de Carnaval

(a) Efectuam-se de 16 de Novembro a 31 de Maio, incluindo o dia 25 de Março
(b) » de 1 de Junho a 15 de Novembro

Heranças e Administração de Bens no Brasil

De partida para o Brasil, e com longos anos de serviço naquele país junto aos executivos da Fazenda Pública (Secção de arrecadação de bens de ausentes), trata no Rio de Janeiro ou em qualquer estado do Brasil, de heranças, administração de bens, compra e venda de propriedades, liquidação de inventários, e quaisquer outros assuntos nas Repartições do Estado, adiantando todas as despezas necessárias, até final, desde que os interessados forneçam todos os documentos.

Quem pretender dirija-se a Francisco de Pinho Gilvaz, Rua de Sá, Travessa da Folsa, 27, Aveiro, ou no Rio de Janeiro, Rua Heraclito Graça, n.º 35 Lins de Vasconcelos.

NECROLOGIA

Na sua viagem para a Suissa foi surpreendido pela Morte o inditoso Manuel da Cruz, que tão esperançado estava na cura da doença que o torturava.

A triste e desoladora notícia, transmitida de Genebra, caiu de chofre no bairro piscatório onde tantas simpatias contava o simpático aveirense, que era possuidor de predicados morais que muito enobreciam o seu carácter.

Desapareceu na primavera da vida —23 anos, apenas—deixando mergulhados numa enorme dôr seus estremosos pais, o sr. António Cruz, há pouco chegado da América, e esposa e as mais fundas saudades em quantos privavam com o desventurado moço que, longe da sua terra, acabou o seu penar.

Sentindo o triste desenlace, acompanhamos quantos com ele sofrem no luto que os envolve.

Correspondências

Esgueira, 4

Consorciou-se com a tricaninha Maria José Augusta da Paula, o sr. Manuel Marques da Cunha, industrial de panificação em Setúbal, tendo apadrinhado o acto a menina Graciette Pinho e o sr. Augusto Fortunato.

Desejamos-lhes um futuro venturoso.

— Após 22 anos de ausência em S. Paulo (E. U. do Brasil) chegaram aqui os nossos amigos João e Manuel Henriques que parece gozarem boa saúde.

Damos-lhes as boas vindas.

— Finou-se há dias, na capital, com 65 anos, a sr.ª D. Francelina Duarte de Castro, estremosa esposa do nosso amigo sr. João da Silva Castro e mãe do sr. José da Silva Castro, ali residentes.

Acompanhamo-los no seu desgôsto.

— Veio cá passar alguns dias o sr. João dos Reis, industrial de panificação em S. Pedro do Sul.

— Baptizou-se a filhinha do nosso amigo Manuel Marques de Almeida, tendo servido de padrinhos o sr. Américo Capela e esposa.

A' pequerrucha, que recebeu o nome de Maria Celeste, desejamos um futuro ridente.

C.

Teatro Aveirense

CINEMA SONORO

Sábado, 10 de Maio (às 21,30 h.)
Marinheiro para duas

Domingo, 11 de Maio (às 15,30 e 21,30 horas)
A hora da Saudade

Terça-feira, 13 (às 21,30 h.)
O medo que domina

Quinta-feira, 15 (às 21,30 h.)
Aí vem Nick

Em 18:
Não há como a nossa casa

Manutenção Militar

DELEGAÇÃO DE AVEIRO

ANÚNCIO

Torna-se público que, até às 15 horas do dia 19 do corrente mês, no Quartel do Regimento de Cavalaria n.º 5, se recebem propostas, por escrito, para o fornecimento dos géneros e combustivel abaixo designados, destinados ao rancho das praças dos regimentos de Infantaria n.º 10 e Cavalaria n.º 5, para os meses de Junho e Julho:

Batata, cebola, lenha, carne de carneiro, carne de vaca, com e sem osso, cabeça de porco, hortaliça, vinho, vinagre, feijão de todas as qualidades, bacalhau, grão de bico.

As propostas serão abertas à hora acima indicada, procedendo-se, em seguida, à licitação verbal.

Aveiro, 7 de Maio de 1947.

O Delegado,
ANTÓNIO PEDRO CARRETAS
Tenente

Terreno

Vende-se próprio para construções, com duas frentes, próximo da passagem de nível de Esgueira. Tratar com José dos Reis, Rua Almirante Reis—AVEIRO.

Alugam-se

dois andares do prédio n.º 57 A, da Rua Almirante Reis, tendo cada um 7 divisões. Dirigir a Manuel Alves Dias, na Rua Viana do Castelo ou Manuel José Carinha, Murtosa.

Vende-se

a casa de 1.º andar, com quintal, da Rua dos Marnotos n.º 49, com frente para a de Tenente Rezende, sendo entregue ao comprador num curto prazo a combinar.

Ver e tratar na mesma com o proprietário.

Trespassa-se ou arrenda-se

padaria-mercearia e vinhos com armazem de adubos e sal, com casa de residência e água encanada. Dirigir a José Rodrigues Magalhães, Rua do Ribeiro—Angeja.

Visitai o Parque da Cidade

Casa em Esgueira

Aluga-se com 9 divisões, quintal, poço, etc. Tratar com José F. Mortágua—AVEIRO.